

Informação audiovisual: as webtelevisões, a proximidade via web dos conteúdos locais e regionais

Nuno Fernandes
Escola Superior de Educação de
Portalegre. C3i

Resumo: Existe em Portugal espaço para a emergência de uma informação audiovisual de proximidade via web? Em 2008 procurámos dar a resposta a essa questão. Para tal traçámos um retrato das webtelevisões então existentes em Portugal e os dados que recolhemos apontavam para a vontade de oferecer às populações via web o que o Estado não permitia, e não permite, que fosse oferecido via ondas hertzianas: informação audiovisual de proximidade. As webtelevisões surgiram um pouco por todo o país, mas com especial importância na zona norte e centro, assumindo-se como uma alternativa aos media tradicionais, não obstante muitos dos chamados media tradicionais de âmbito de proximidade terem assumido eles próprios projetos de webtelevisões com sítio online e grafismo próprios ou, em alguns casos, partindo para a incorporação de conteúdos audiovisuais integrados nas suas páginas oficiais. Os motivos para a aposta numa webtelevisão com capacidade de fornecer conteúdos audiovisuais de proximidade eram vários, mas, podemos afirmar, a aposta passava fundamentalmente pelo aproveitamento de mais um recurso comunicativo, fruto das inovações tecnológicas e da diminuição dos custos dos materiais. Dar a possibilidade ao público de aceder a outros conteúdos foi também uma das motivações para o lançamento destes projetos.

Palavras-chave: webtelevisão, proximidade, região, local, informação, audiovisual

A história da televisão em Portugal. A informação regional e local

Em Portugal a história televisiva está fortemente veiculada à RTP, a qual ao longo de 34 anos assegurou em exclusivo o serviço televisivo através das ondas hertzianas. Os anos 90 marcaram uma mudança no paradigma até então vivido. Durante os Governos de Aníbal Cavaco Silva, fruto do desenvolvimento económico, ocorrem diversas privatizações. A comunicação social que até então estava no poder do Estado, fruto das nacionalizações do pós-25 de Abril, é um dos setores que é privatizado. Legislativamente também se abre espaço para o surgimento de concorrência no

setor televisivo (Cádima, 1996). A abertura do concurso foi também pautada por diversas polémicas, uma das quais sistemática sempre que se fala em televisão em Portugal: terá o país capacidade publicitária para sustentar estes projetos? Apresentam-se a concurso três projetos: a SIC, de Francisco Pinto Balsemão; a TVI, então com fortes ligações à Igreja Católica Portuguesa; e a TV1, projeto encabeçado por Daniel Proença de Carvalho. Os três projetos concorriam a apenas duas licenças e estas são atribuídas à SIC e à TVI.

Porém, antes do nascimento destas duas televisões privadas generalistas ou da emergência das redes de distribuição de televisão por cabo, em algumas zonas de Por-

tugal continental, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, surgiram diversas televisões de carácter regional.

O objetivo destes projetos passava pelos conteúdos de proximidade, embora suportassem nas suas emissões conteúdos como filmes. Mas estes projetos da década de 80 tinham um óbice contra a sua existência: eram ilegais.

Embora a vontade por parte do público na existência de projetos com uma forte ligação aos conteúdos de proximidade (basta lembrar que as rádios ilegais surgiam também nesta altura), os projetos televisivos foram reprimidos pelos diversos Governos e também pela própria RTP. Se existia vontade do público na existência destes projetos, a vontade política era outra.

Devido à forte fiscalização que então ocorreu, estes projetos, ao contrário do que sucedeu na vizinha Espanha, nunca se conseguiram tornar sólidos e consistentes.

As autoridades portuguesas sempre justificaram o encerramento destes projetos com a escassez de frequências hertzianas disponíveis (Vacas, 2005).

Para além da questão da ilegalidade, com as consequências nefastas que daí advinham, as televisões pirata da década de 80 tinham outro ponto em comum: as enormes dificuldades sentidas a nível económico e profissional. Os projetos eram dinamizados sobretudo por entusiastas sem qualquer formação em televisão, apesar da natural exigência de conhecimentos técnicos. Estes projetos de televisão local e regional coincidiram no tempo com o movimento das rádios ilegais, o que não beneficiou os projetos televisivos “que surgiram na sequência do esforço de legalização das rádios locais” (Mota, 2002, 115), levando ao seu rápido desaparecimento. A todas estas condicionantes acrescia o facto de muitos dos impulsionadores destes projetos televisivos estarem também ligados a projetos de rádios pirata. A perseguição estatal (Mota, 2002) – através dos CTT/TLP –, as questões económicas, a dificuldade em mudar o local de emissão televisiva (o que não sucedia com a rádio), os custos de manutenção bastante elevados e a falta de um associativismo destes entusiastas que não lograram obter uma união apesar de várias tentativas, ao contrário do que sucedeu com a rádio na procura da

legalização, foram fatores determinantes para a falência das televisões locais e regionais e, por consequência, ditaram o fim da informação audiovisual de proximidade.

Porém, o fator político foi também decisivo. Desde o início, faltou o apoio político, o que teria sido fundamental para a implementação destas televisões locais e regionais. “Ao desaparecimento de experiências frágeis, concretizadas por curiosos e voluntários de que os poderes locais se tornaram, nalguns casos, cúmplices, num primeiro momento, mas de que se divorciaram quando estes projetos apresentaram sinais de desagregação” (Coelho; 2003, 153).

A história da televisão regional e local em Portugal não é apenas contada através das experiências televisivas frustradas. Outras experiências sob a alçada do serviço público (RTP Madeira e RTP Açores) e a criação dos centros regionais, com recursos técnicos e humanos, com capacidade de assegurar o desdobramento da emissão, também fazem parte da história da televisão de âmbito regional. Todavia, a experiência das emissões em regime de desdobramento foi curta no tempo, sendo “vítimas da não renovação de contratos” (Mota, 2005, 116) e os centros regionais “foram praticamente extintos” (Coelho, 2003, 149) em dezembro de 2002, fruto da reestruturação que a televisão estatal sofreu durante a direção de Almerindo Marques. A reestruturação retirou aos centros a capacidade humana para continuar as emissões desdobradas devido a razões económicas, esquecendo “a mais-valia social que tal programação representava para cada uma das sete regiões contempladas” (Coelho, 2003, 149). A emissão regional da RTP em desdobramento foi reestruturada e a informação regional passou a ser emitida no “Portugal em Direto”, emitido antes do Teletjornal. O Cabo foi palco de outras tentativas de criação de canais regionais. Porém, as primeiras apostas foram mais, sobretudo, apostas com uma forte componente comercial por parte do principal operador de telecomunicações português (Mota, 2008). Os dois canais CNL e NTV eram dirigidos aos públicos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e “não passaram, na realidade, de canais de âmbito nacional com vocação regional, uma vez que a emissão nunca foi regulamentada”

(Mota, 2002, 119). A experiência do CNL, Canal de Notícias de Lisboa, iniciada a 15 de setembro de 1999, foi curta e em menos de dois anos a SIC assumiu a gestão do canal, passando o canal, a partir de janeiro de 2001, a denominar-se por SIC Notícias. Em 2002 nasce a NTV, Norte Televisão, e, tal como o CNL, a sua existência foi curta. Em maio de 2004, a RTP assume a sua gestão e nasce a RTP N. Não obstante estes insucessos, outros projetos de âmbito regional nasceram: Porto Canal, Região Norte Televisão, atual Regiões TV. Sempre se reconheceu que o público pretendia informação televisiva de proximidade, apesar disso só em 1990 é reconhecida legislativamente a cobertura televisiva regional. Mas nas diversas revisões da Lei da Televisão a televisão de âmbito regional e local sempre permaneceu em suspenso (Mota, 2002). Politicamente tal é justificado pelo receio em relação à “proliferação anárquica de canais” (Mota, 2002, 121) e, como tal, o enquadramento legal nunca foi uma prioridade política (Mota, 2002; Coelho, 2003).

Olhar a realidade espanhola: a televisão local e a informação local

A experiência espanhola no âmbito das televisões de caráter local e regional pode ser importante para entender o surgimento das webtelevisões em Portugal e a emergência dos conteúdos audiovisuais de proximidade. Porém, fazemos a ressalva que existem diversos pontos que acabam por afastar as duas experiências no que diz respeito ao âmbito regional e local. A televisão de proximidade em Espanha surgiu mediante duas vias: uma com base no setor privado e outra nascida no seio dos Governos regionais. Para a emergência da televisão de proximidade espanhola foram também fundamentais três momentos: as primeiras experiências televisivas feitas a nível local, e iniciadas em Cardedeu¹, perto de Barcelona, sendo experiências consideradas ilegais pelo Governo central de Madrid; a legislação aprovada durante a governação do PSOE de Luis Filipe González, que permitiu ao setor audiovisual televisivo uma regulação até então inexistente; e, finalmente, a reordenação de todo o setor audiovisual pelo Governo

¹ RTV Cardedeu.

do PP conduzido por José Maria Aznar (Matos, 2004).

São sobretudo duas as características que definem as televisões de âmbito de proximidade espanholas: conteúdos com uma componente forte no que diz respeito à proximidade da comunidade na qual se encontravam inseridas e as emissões efetuadas sobretudo na língua mais utilizada na região.

Estes fatores aproximaram as comunidades dos projetos, beneficiando-os na afirmação dos seus conteúdos informativos, mas também na afirmação económica dos projetos, advinda da publicidade. Moragas e Garataonandia, em 1991, efetuaram um estudo sobre o número de televisões locais a emitir apenas para a região da Catalunha e detetaram a existência de 101 televisões a emitirem. Dados mais recentes apontam, porém, para a existência de entre 1200 e 1500 televisões de proximidade em Espanha (Matos, 2004).

A aposta na área informativa foi fundamental para o sucesso destas televisões de proximidade. Não raras vezes as festas locais eram o motivo inicial para a criação destes projetos e na qual as produtoras audiovisuais tinham um papel decisivo. O amplo destaque aos problemas locais foram fundamentais para a emergência das televisões de proximidade, local onde o local e o debate eram peças essenciais da programação e nos quais “puntualmente son invitados personajes ajenados a la localidad para participar en programas de debate” (Moragas, 1991, 14).

O estudo elaborado por estes autores destacava que no início participavam nestes projetos não só profissionais da comunicação, ligados à imprensa e à rádio, gente ligada às produtoras audiovisuais, mas também amadores, por norma entusiastas do audiovisual. A vontade das comunidades na existência de televisões locais levou a que certos projetos surgissem devido a bairrismos e a mimetismo: “cierto espíritu mimético, especialmente entre poblaciones vecinas, que se razona de esta forma: “Se X, Y e Z ya tiene su televisión por qué nosotros no?” (Moragas, 1991, 22).

Para além dos privados também os Governos regionais perceberam que existia mercado audiovisual para o surgimento de televisões regionais de proximidade. Na época em que a televisão sob controlo estatal

iniciou também a descentralização das suas emissões, nasceram os primeiros canais de cobertura autonómica. As corporações de Rádios e Televisões Autonómicas de carácter público que existem em Espanha nasceram, tal como as televisões de proximidade privadas, com a vontade de defenderem a língua, a cultura e as características regionais. Como exemplo podemos abordar o caso da Galiza, no qual a TVG defende a língua galega, a região e a sua cultura, ajudando na construção da identidade Galega e sendo considerada como “um motor dinamizador da indústria audiovisual na rexión, com capacidade para crear novos postos de traballo e aumentar o volumen de negocio” (Tenreiro, 2004, 59). Não obstante a ligação ao Governo Autonómico, estas televisões são observadas, pela população, como tendo uma clara ligação à proximidade, devendo “entenderse en el caso fundamentalmente de Cataluña y Euskadi en menor medida también en Galicia que las rádios y televisiones públicas autonómicas fueron un elemento de reincorporación a la vida pública de sus lenguas próprias” (Turmo, 2005, 3). Porém nem todos os projetos sobreviveram, alguns acabaram devido a problemas de índole política ou devido a dificuldades económicas. Atualmente, alguns foram reativados ou recriados, embora com diferenças relativamente ao passado: o apoio de grupos media foi considerado e o que hoje existe é um novo modelo de televisão pública autónoma que apresenta um formato público-privado e que “rompe, en parte, el espíritu inicial de las radios y las televisiones autonómicas, pero que permite que económicamente estos nuevos canales puedan ser desarrollados em territorios com baja población y recursos más limitados” (Turmo, 2005, 95).

A evolução da legislação até ao surgimento das webtelevisões

A primeira lei que menciona, embora o faça de forma superficial, a possibilidade de serem criados canais televisivos com um âmbito regional e local, em Portugal, data de 7 de setembro de 1990 e foi a Lei 58.

Entre 1995 e 1997, surgiu o Movimento para a Legislação das Televisões Regionais (MLTR), que promoveu o debate sobre a questão tentando sensibilizar os responsáveis

dos diversos partidos políticos para a questão. O MLTR surgiu numa altura em que Portugal debatia a questão da Regionalização Administrativa do país, a qual foi referendada negativamente em 1998. Apesar das tentativas de sensibilizar a classe política para a necessidade de autorizar legislativamente a existência de canais de televisão regionais, tal como na vizinha Espanha, os responsáveis pelo MLTR não lograram obter sucesso nos seus desígnios (Mota, 2002).

Em 1998, a Lei 31-A defende que é possível criar televisões de âmbito local ou regional nas redes de distribuição de televisão via cabo. A possibilidade foi aproveitada por um operador de distribuição de televisão por cabo para o “desenvolvimento de novos projetos” (Sousa, 2000, 12), como o CNL ou a NTV.

Em 2003, a Lei 23 prevê a possibilidade da existência das televisões locais e regionais emitirem não através das redes cabo, mas via hertziana, algo que até aqui nunca tinha sido previsto. Porém, a não publicação em Diário da República do decreto-lei fez com que na realidade a atividade nunca fosse regulamentada.

A Lei 27 de 2007, de 30 de julho, implementa novas alterações à Lei da Televisão. Pela primeira vez, a possibilidade de se utilizar a Internet como meio de emissão é prevista. Surgem assim as webtelevisões e os conteúdos audiovisuais de proximidade. A Lei, todavia, era pouco explícita, referia apenas o registo obrigatório junto da ERC. Outras questões como propriedade, competências, obrigações, critérios de emissão, entre outros aspetos considerados fundamentais, não eram especificadas nesta Lei.

Tal como no passado com as televisões hertzianas regionais e locais, mais uma vez a prioridade legislativa não passa pelos conteúdos audiovisuais de proximidade. A forma de subsistência das webtelevisões passa sobretudo pelo retorno publicitário, porém, com o mercado em quebra devido ao contexto económico, existe o risco de estes projetos procurarem apoio junto de entidades públicas. É por isso fundamental o perfeito conhecimento da realidade publicitária no qual se encontram inseridos e, mais uma vez, a realidade das rádios locais portuguesas

pode servir de guia para estes projetos, nos exemplos de sucesso e nos casos de insucesso. A estes projetos compete não só ultrapassarem as dificuldades legislativas como procurar obter, acima de tudo, a consolidação do negócio: “na medida em que se consolide o modelo de negócio, pueden abrir nuevas vias de intervención no escenario mediático” (López, 2005, 205). Só desta forma entendemos que o caminho que está a começar a ser traçado pelas webtelevisões possui o objetivo de abrir na realidade novos caminhos.

Os constantes avanços e recuos que a Lei da Televisão sofreu são, acima de tudo, fruto da falta de vontade política dos diversos Governos suportados no “medo da proliferação anárquica de canais, como ocorreu previamente com as rádios locais. Embora reconhecendo a apetência do público pela televisão centrada na sua região, a questão económica foi sempre levantada como o principal obstáculo” (Mota, 2002, 121). As televisões locais e regionais, na realidade, nunca foram uma prioridade política.

As evoluções técnicas da Internet

Fundamental para o surgimento das webtelevisões e da presença dos órgãos de comunicação social na Internet foram os diversos desenvolvimentos técnicos ocorridos ao longo dos últimos anos. A génese dos desenvolvimentos ocorreu na primeira metade da década de 60, “quando Paul Baran, trabalhando na altura na Rand Corporation (...) se propôs criar um sistema de comunicações” (Cardoso, 2003, 17).

Porém, só em 1969 nasce a Internet da forma como a pensamos nos dias de hoje. Este nascimento ocorreu debaixo da alçada do Departamento de Defesa Americano, com o nome ARPAnet e tinha claros propósitos militares. A sua tecnologia era baseada na “comutação de pacotes, isto é, a comunicação idealizada de som, texto ou imagem” (Cardoso, 2003, 18).

A ARPAnet, na década de 80, sofre uma evolução e é dividida em duas redes: a MILnet, que prosseguia os objetivos militares da sua antecessora, e a, nova, ARPAnet, com objetivos académicos e científicos. Todavia, outros desenvolvimentos foram fundamentais

para a evolução e desenvolvimento da Internet, como por exemplo: os protocolos de comunicação entre redes – Internet Protocol²; o Uniform Resource Locator³ (URL); HyperText Markup Language⁴ (HTML) e o Hipertext Transfer Protocol⁵ (http), evoluções técnicas fundamentais para o desenvolvimento dos web browsers que permitem a visualização da informação (Cardoso, 2003).

Fundamental para a evolução da Internet foi o trabalho de Tim Berners-Lee, num computador dotado de software NeXT, no Centre Européen pour la Recherche Nucléaire, em 1990, que resultou na World Wide Web.

Para ser possível a transmissão de vídeo via web foi também fundamental o desenvolvimento da Banda Larga, de forma a assegurar melhores condições de transmissão do vídeo, e o desenvolvimento do Streaming, formato simples de obter e que permite a transmissão vídeo em tempo real, apesar de necessitar de largura de banda. O acesso ao Streaming⁶ pode ser efetuado através de diversos softwares, entre os quais: Windows Media Player⁷ (wmp), Quicktime⁸ (Quick) ou Real Player⁹ (Real). O video-on-demand é também um formato utilizado para a disponibilização de vídeos, este método é considerado “mais oportuno para o internauta” (Velho, 2004, 6), já que permite a visualização de peças que se encontram arquivadas no site, dando ao utilizador a possibilidade de assistir à peça mais recente adicionada, sem necessidade de ver toda a emissão. É, pois, claro que o percurso percorrido pela Internet resulta da investigação científica e respetivo desenvolvimento tecnológico (Cardoso, 2003). Com este desenvolvimento, o acesso à tecnologia e aos serviços Web passou a fazer parte do domínio público e não de uma pequena franja populacional, isto porque o “ambiente de inovação é diverso e heterogéneo, envolvendo um elevado número de empresas e de utilizadores” (Abreu, 1999, 3). Os números apontam para um aumento da utilização da Internet em

² <http://www.livinginternet.com>.

³ <http://paginas.fe.up.pt/~mgi97018/historia.html>.

⁴ <http://piano.dsi.uminho.pt/museu/INTERNET.PDF>.

⁵ <http://www.livinginternet.com/>.

⁶ <http://www.livinginternet.com>.

⁷ <http://paginas.fe.up.pt/~mgi97018/historia.html>.

⁸ <http://piano.dsi.uminho.pt/museu/INTERNET.PDF>.

⁹ <http://www.livinginternet.com/>.

detrimento da utilização da televisão, e o grupo dos jovens é o exemplo. Isto permite oportunidade de negócio e, por consequência, é a porta para o surgimento de webtelevisões, apesar das diferenças no que diz respeito à visualização e aos conteúdos. Porém, ainda se encara a Internet não como “um fenómeno de substituição mas um canal de comunicação complementar, mas que hoje ameaça fortemente os meios de distribuição tradicionais” (Braumann, 2008, 703). Como sublinha este autor, a Internet permite uma facilidade de acesso à informação e à comunicação e, embora esteja a ameaçar os meios de distribuição tradicionais, deve ser vista como um meio complementar de forma a evitar diferenças entre regiões e pessoas. As constantes evoluções tecnológicas, a diminuição dos custos dos computadores, a proliferação das redes de banda larga, a resolução dos diversos problemas que a tecnologia apresenta, o desenvolvimento da Internet levam a aposta neste meio como forma de transmissão de conteúdo. Se as evoluções foram fundamentais para a troca de conhecimento que hoje ocorre no mundo, o estado atual do desenvolvimento da banda larga, da transmissão de vídeo, beneficiaram a emergência das webtelevisões com características locais e regionais nas quais a proximidade informativa é o elemento denominador.

A televisão online. Webtelevisões, a informação local e regional de proximidade.

Não obstante o registo histórico da história da televisão local e regional em Portugal, a vontade popular não esmoreceu. A web foi então o caminho encontrado por entusiastas da televisão de âmbito local e regional. O “formidable desarrollo de Internet, la televisión – el principal medio de comunicación de las sociedades de la “segunda ola” –, experimenta una profunda y decisiva mediamorfosis” (Islas, 2006, 4). A web desde cedo assumiu-se como um novo suporte para os órgãos de comunicação social, permitindo-lhes chegar aos públicos e possibilitando aos utilizadores a possibilidade de interagirem com os meios de comunicação, deixando de ser apenas um recetor passivo (Cardoso, 2005). Parece-nos claro que a Internet teve um forte impacto nas formas de traba-

lho e disponibilização de conteúdos dos meios de comunicação social, embora o maior impacto que a Internet provocou na televisão não tenha sido ao nível de formatos ou distribuição de conteúdos, mas sim a nível de audiência, isto porque os públicos cada vez mais partilham o seu tempo “entre o visionamento televisivo e a utilização da Internet” (Cardoso, 2006, 20). Esta situação também é observada por Islas (2006) que destaca o avanço que a Internet está a ter sobre a televisão: “Efectivamente Internet ha transformado a la televisión y al televidente”. Estas transformações permitiram, aliadas à evolução tecnológica, o surgimento de projetos de televisões a emitir em exclusivo online, as webtelevisões. Podemos olhar para estes projetos também como exemplos de televisões fragmentadas, fruto do seu meio de transmissão e da especificidade dos públicos a que se dirigem, mas também são “uma criação, natural, da elite intelectual que, afastada dos meios de comunicação de massas, decide mobilizar-se no apoio a modelos audiovisuais dirigidos a públicos específicos menos interessados no entretenimento do que na formação pessoal” (Coelho, 2003, 58).

As webtelevisões, como exemplo da televisão de proximidade, representam em si “a proximidade, o imediato do ser humano e do seu meio envolvente social, cultural e económico” (Brauman, 2008, 702), além de darem a capacidade de o utilizador colaborar e definir aquilo a que pretende assistir. Em junho de 2007, o jornal Diário de Notícias¹⁰ detetou a existência de 43 projetos; um ano depois, identificámos 88 webtelevisões e os registos que mantemos referem a existência de 190 projetos, alguns dos quais, no entanto, foram descontinuados.

A questão que se coloca é relativa ao modelo que deve ser seguido, no que diz respeito à forma dos conteúdos, às técnicas de filmagem e edição. Deverá ser adotado o modelo convencionado pela televisão ou procurar um modelo próprio? Não esquecendo que um computador apresenta um ecrã mais pequeno. Um hipotético modelo novo deve ser definido como uma nova forma de jornalismo audiovisual, pensado para o online, ou a opção

¹⁰ http://dn.sapo/2007/06/24/media/o_video_web_matar_a_televisao.html.

por conceitos como telejornalismo digital ou online, são mais acertadas? Leila Nogueira entende que o jornalismo praticado deve ser adaptado ao meio e a “tendência é a de que ele passe a se estruturar de forma diferente da que apresentava na televisão” (Nogueira, 2004, 6). No entender desta autora, a opção passa pela adoção do jornalismo audiovisual online, devido à utilização de “formatos de notícia com imagem em movimento e som como elementos constitutivos do produto disponibilizado nos bancos de dados da web ou veiculado através deste suporte” (Nogueira, 2004, 2). Porém as técnicas adotadas pela webtelevisão são no entanto a “adaptação analógica ou criação exclusiva para a Internet” (Velho, 2004, 6). Com a proliferação das webtelevisões notou-se que a “televisión se convierte en contenido de internet” (Islas, 2006, 5), o que exige naturalmente um jornalismo pensado para o formato de webtelevisão.

A proliferação destes projetos, os conteúdos de proximidade por eles apresentados, chamou naturalmente alguma atenção dos órgãos de comunicação social para as webtelevisões.

O destaque obtido a nível nacional acabou por despertar a atenção da SAPO, o principal motor de buscas português e com uma área dedicada à proximidade, o SAPOLocal, e várias webtelevisões passaram a ter os seus conteúdos alojados nos servidores da SAPO. Webtelevisões como a TV Net, Minho Actual TV, GMR TV, VALSousaTV, entre outras passaram a partilhar a plataforma e a beneficiar das sinergias disponibilizadas pelo SAPO.

Mas as webtelevisões não despertaram apenas a atenção da SAPO. As redes de distribuição de televisão por cabo também olharam para os conteúdos de proximidade das webtelevisões. A antiga Pluricanal, da zona oeste, disponibilizava no seu canal mosaico, em alguns períodos do dia, os programas informativos disponibilizados online pela TV Tejo e pela Oeste TV. A Minho Actual TV também disponibilizou conteúdos no cabo mas através de uma parceria com a televisão Porto Canal, no qual apresentava um programa sobre o distrito de Braga.

A Localvisão, embora não seja uma típica webtelevisão, está presente em vários

distritos portugueses. Este projeto também já ultrapassou as fronteiras da Internet na disponibilização dos seus conteúdos, estando presente, por exemplo, na Rede Expressos, empresa que assegura a ligação de autocarro entre as principais cidades portuguesas, em telas-vídeo nos centros de algumas cidades e nos video-on-demand em duas das redes de fornecimento de televisão por cabo.

Algumas Câmaras Municipais também apostaram em webtelevisões como forma de divulgação dos seus trabalhos. Como exemplo, podemos abordar o caso das Câmaras Municipais de Paredes, Óbidos, ou Sabugal, embora neste caso a responsabilidade sobre os conteúdos seja pertença da Localvisão.

Panorama em Portugal

Em dezembro de 2005 nasce a Famação TV, considerada a primeira webtelevisão em Portugal. Porém, no mesmo período, em outras localidades portuguesas, já floresciam outros projetos como a Espinho TV ou a ValSousa TV. Acompanhar informativamente a sua região de implementação é o principal objetivo destes projetos. A transmissão via streaming, no qual a emissão em muitos dos casos simula um direto, ou video-on-demand, no qual o público acede às peças audiovisuais que pretende visualizar.

A TV Net, o projeto mais profissionalizado, iniciou as suas emissões em 11 de dezembro de 2006, apostando numa componente informativa muito forte, com renovação constante de conteúdos.

A aposta nos conteúdos de proximidade em formato vídeo permitiu-lhes chegar às populações das suas regiões de implementação, mas também alargar a sua audiência às comunidades emigradas.

Na análise que procedemos na realização do trabalho “As Webtelevisões em Portugal: um retrato”, depois de um primeiro momento de recolha de links e notícias online sobre os diversos projetos, elaborámos uma ficha de observação para cada projeto e enviámos, posteriormente, um inquérito a 44 webtelevisões selecionadas e analisámos 21 respostas. As questões eram abertas e fechadas

relativas a: características, recursos humanos, motivações, tecnologias usadas, entre outras.

As webtelevisões regionais e locais são sobretudo fruto de investimento privado. Os valores de investimento inicial rondaram os 15.000 euros, podendo por vezes chegar aos 25.000 euros, na compra de materiais de filmagem, computadores de edição, registo junto da ERC, desenvolvimento do back-office e sítio da webtelevisão.

Como forma de recuperarem o investimento, estes projetos encontram na publicidade a sua maior fonte de receitas (38,2 %), porém, a venda de conteúdos (23,5 %) e de serviços (20,5 %), por norma vídeos institucionais, são outra das formas encontradas de forma a captarem recursos financeiros para a manutenção dos projetos.

Clara é a vontade para o lançamento destes projetos: serem uma forma alternativa aos media tradicionais de consumo de informação de proximidade. A questão assume particular importância devido ao facto de existirem rádios e jornais locais que apostaram em webtelevisões como forma de diversificação de conteúdos e de alargamento do seu público-alvo. Apenas um jornal regional assumiu o audiovisual como um mero complemento informativo e não como uma alternativa.

Divulgar a região (88 %) na qual se inserem e intervir civicamente na região são outro dos propósitos destes projetos (84 %), porém nas webtelevisões locais e regionais consideram que não existem motivações políticas (84 %) no lançamento dos projetos. Dos inquéritos enviados não houve um único projeto a responder positivamente à questão, embora existam webtelevisões que não responderam à questão.

O interesse pelas novas tecnologias é outro dos motivos apresentados para o nascimento destes projetos por parte dos seus responsáveis. A questão económica também foi colocada. O modelo de negócio seria realmente vantajoso? Os dados obtidos indicam que a aposta foi feita na crença de que o modelo de negócio é vantajoso e recuperável.

No que diz respeito aos recursos humanos, os dados indicam que quem desempenha funções neste género de projetos raramente o faz em exclusividade; por norma existe um jornalista e um repórter de

imagem que assume as funções de editor e técnico de informática. Em vários casos, o jornalista assume funções em outros órgãos de comunicação social, quando a webtelevisão não pertence a uma rádio ou jornal. O número de licenciados neste género de projetos é elevado. Por norma, são licenciados em Ciências da Comunicação, com formação em televisão e em áreas relacionadas com o Som e a Imagem. Uma das questões que procurámos ver respondidas foi a participação nos projetos de elementos ligados às televisões pirata portuguesas da década de 80, a que não lográmos obter respostas, porém vários elementos que participam nas webtelevisões estiveram também de alguma forma ligados aos movimentos das rádios pirata.

Tecnicamente, as webtelevisões utilizavam sobretudo o Flash como formato para disponibilizar o vídeo nos sítios, embora o tecnologia Quicktime ou WMP fosse também usada. Para gerir o sítio, a aposta passava pela utilização de Bases de Dados, por norma, as webtelevisões desenvolviam o seu próprio CMS de gestão do sítio. Uma única câmara de filmar foi o dado mais comum encontrado na questão relativa a materiais de filmagem, embora, em alguns dos dados recolhidos junto de webtelevisões regionais, o número de câmaras fosse mais elevado, sobretudo devido à vontade de acompanhar de forma mais profunda a realidade informativa. O software mais utilizado na edição das peças de vídeo é o Adobe Premiere.

Embora a vontade de influir e participar na região seja um motivo para o lançamento destes projetos, a Opinião é uma área que raramente é trabalhada nestes diversos projetos, ao contrário do que seria de esperar. São raros os projetos em que, por exemplo, existem debates de carácter político sobre os problemas da região, exceção à Oeiras TV.

Na observação que efetuámos dos diversos sítios detetámos que as emissões streaming se iniciavam no momento de acesso ao sítio e só em alguns casos esporádicos é que é dada ao utilizador a escolha do que pretende ver.

Analisámos a possibilidade de comentar as peças de vídeo emitidas. Os dados recolhidos demonstraram não ser possível, em grande parte dos casos (70 %), em-

bora, por exemplo nos vídeos alojados na SapoVídeos, se o utilizador aprofundasse a sua vontade de comentar, só o poderia fazer através da SapoVídeos. A atualização dos conteúdos foi também motivo da nossa análise e com exceções a norma então encontrada era a da atualização semanal dos conteúdos audiovisuais. A possibilidade de o utilizador pesquisar o arquivo é outra das funcionalidades que se encontram nos diversos sítios, embora em poucos casos não exista essa funcionalidade. As webtelevisões regionais são as que mais valorizam a possibilidade de o utilizador pesquisar o seu arquivo.

Sendo formatos vocacionados para a informação audiovisual de proximidade, estes projetos seguem a organização tradicional da imprensa: local, regional, sociedade, desporto, cultura, e, por vezes, vox pop.

Observámos também os contactos da webtelevisão e a respetiva equipa. Por norma o único contacto existente (85,7 %) é o e-mail geral da webtelevisão, e são raros os casos em que existem os contactos pessoais dos membros das webtelevisões.

A emergência das redes sociais, nomeadamente do Twitter e do Facebook, tem sido amplamente aproveitada pelos webtelevisões para disseminar os seus conteúdos de proximidade, captando a atenção dos públicos para a sua existência.

Conclusões

A informação audiovisual em Portugal através das webtelevisões foi assumida num sentido empresarial, fruto do investimento de empresas de comunicação ou de iniciativas com um carácter amador e nos quais os objetivos económicos não foram a principal motivação para o lançamento do projeto.

Os investimentos iniciais dos projetos variaram entre os 15 e os 25 mil euros, um valor elevado e no qual a publicidade e a venda de conteúdos são a base da recuperação do investimento e a manutenção mensal dos mesmos.

A existência de rivalidades locais e as estruturas débeis destes projetos acabam por ter consequências na qualidade destes projetos. A política de contratação de profissionais qualificados é por norma

escassa. A falta de uma associação que defenda junto das autoridades competentes a existência destes projetos é outro problema que afeta estes projetos de comunicação.

O futuro pode também passar pela partilha de conteúdos entre os vários projetos, sendo este talvez um dos caminhos para assegurar a sobrevivência dos diversos projetos.

Só assim, em união, é que as webtelevisões vão conseguir assegurar a sua verdadeira subsistência, desenvolvimento e afirmação, tal como no passado as rádios locais conseguiram. Porém, devem olhar para os casos em que o insucesso afetou as rádios locais. A organização e partilha de problemas servirá para alterar o quadro legislativo e isso irá dotar as webtelevisões de uma maior capacidade de assegurarem ao mercado publicitário a valia dos seus conteúdos. A inexistência de legislação que enquadre este fenómeno pode vir a ser determinante para o seu futuro. Beneficiará também da afirmação dos conteúdos perante o seu público, perante a sua proximidade informativa, algo que nem sempre sucede.

Deixarem de ser um fenómeno marginal e passarem a apresentar-se como uma alternativa credível de informação é sem dúvida uma tarefa que os responsáveis das webtelevisões devem tomar em mãos.

O fortalecimento das webtelevisões terá necessariamente impacto na captação de receitas, mas também irá tornar o setor mais atraente para os profissionais do Jornalismo, da edição/captação de emissão e para os informáticos.

Não basta assumirem a proximidade, a captação de públicos alternativos, a intervenção cívica na região, como a matriz dos projetos. As afirmações devem ser traduzidas em profissionais capazes, no aprofundamento das questões, na investigação e aprofundamento das questões que afetam a proximidade dos projetos. A participação no espaço público não pode ser apenas uma ideia e deve ser a missão. Em 2008 detetamos que o espaço político, a opinião e a vox pop, eram espaços quase inexistentes. A última campanha autárquica pautou-se pelo diminuto trabalho das webtelevisões. Felizmente existiram exceções, como a Odivelas TV, que assumiu as eleições como uma oportunidade de con-

frontar e questionar os diversos candidatos sobre os problemas de Odivelas. Curiosamente, a informação audiovisual foi utilizada por alguns candidatos, como o caso da Oeiras TV na candidatura de Isaltino Morais à Câmara Municipal de Oeiras. Neste projeto, que funcionou apenas durante a pré-campanha e campanha eleitoral, todos os passos do candidato eram seguidos e apresentados num “telejornal”. Tal como é possível fazer em qualquer site noticioso era possível partilhar os vídeos via Facebook ou Twitter.

Mas às webtelevisões é possível assumir a informação de proximidade, dando voz às populações e às suas necessidades coletivas. A aposta neste género de informação só beneficiará os diversos projetos.

Estes projetos estão numa excelente posição para assegurarem alguns dos objetivos presentes no Estatuto da Imprensa Regional: promover a informação regional, envolver a população e contribuir para o seu enriquecimento cultural e informativo. Através do desenvolvimento das redes de comunicação informática, das tecnologias, das redes sociais, podem assegurar às comunidades emigradas informações sobre as suas comunidades de origem.

A utilização da Internet permite a estes projetos criarem pontes entre os novos e os velhos media. As boas e as más experiências dos velhos media devem ser aproveitadas para permitirem a estes projetos uma verdadeira emergência. Cabe a estes projetos, também, definirem o seu estilo/linguagem de forma a adequá-lo às suas exigências técnicas. Com características próprias, as webtelevisões necessitam de adequar às suas características a captação de imagem, a forma de redação dos off's e a forma como os conteúdos são apresentados.

Referências

Abreu, J.T.F.; Branco, V. (2007). A convergência TV-Web: motivações e modelos. Visitado a 17 de outubro de 2007, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-ferrazconvergencia-TV-Web.pdf>.

Braumann, P.J. (2008). A Televisão na Era Digital: novos desafios. In Martins, M.L; Pinto, M. (Orgs.) (2008). *Comunicação e Cidadania – Actas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 6-8 de Setembro de 2007*, Braga. Visitado a 7 de junho de

2008, em <http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom/article/viewFile/63/64>.

Cádima, F.R. (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

Cádima, F.R. (1996). *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa: Edições Século XXI.

Cádima, F.R. (1999). Redes à Beira de um ataque de Conteúdos. Visitado a 5 de junho de 2008, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cadima-rui-redes-conteudos.pdf>.

Cádima, F.R. (1999). Algumas questões em torno do desenvolvimento científico e tecnológico português face às indústrias da convergência. Visitado a 5 de junho de 2008, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cadima-desenvolvimento-cientifico-convergencia.pdf>.

Cardoso, G. (2003). *Internet*, Lisboa: Quimera Editores.

Coelho, P. (2003). *A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público – Um estudo sobre a situação portuguesa*, dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação (Variante Estudo dos Media e Jornalismo), Lisboa: UNL.

Fernandes, N.R. (2008). *As webtelevisões em Portugal: um retrato*, dissertação de Mestrado em Jornalismo: Imprensa, Rádio e Televisão, Universidade da Beira Interior.

Islas, O. (2006). La mediamorfosis de la televisión e Internet desde la óptica mcluhaniana. Visitado a 10 de março de 2008, em <http://www.lacoctelera.com/myfiles/octavio-islas/Television-e-internet.pdf>.

López, S.R; Paredes, T.M. (2005). Políticas de Programación de las Televisiónes Públicas Españolas. Visitado a 4 de junho de 2008, em http://www.fisecestrategias.com.ar/1/fec_01_com_ruano.pdf.

López, X. (2005). Os media na Galiza: as famílias mandam. Visitado a 4 de junho de 2008, em http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/es_um/rt/captureCite/4714/4428.

Matos, Á.B. (2004). La desregulación invisible: el caso de la televisión local por ondas en España. Visitado a 6 de janeiro de 2008, em <http://bocc.ubi.pt/pag/matos-angelcomunicacao-la-desregulacion-invisible.pdf>.

Moragas, M; Garitaonandía, C.; López, B. (eds.) (1999). *Televisión de Proximidad en Europa – Experiencias de Descentralización en la Era Digital*, Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.

Moragas, M.; Prado, E. (1991). *Televisiónes Locales – Tipologías y Aportaciones de la Experiencia Catalana*, Colegi de Periodistes de Catalunya.

Mota, D. (2008). A televisão regional e local na periferia das políticas de comunicação. In Pinto, M; Marinho, S.

(org.) (2008). *Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI*, Porto: Campo das Letras, pp. 249-399.

Mota, D. (2008). A Televisão Adiada: as políticas para a televisão regional e local em Portugal. Visitado a 8 de maio de 2008, em http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/cs_um/article/viewPDFInterstitial/4710/4424.

Nogueira, L. (2004). O Jornalismo Audiovisual On-line e as suas fases na Web. Visitado a 10 de maio de 2008, em www.facom.ufba.br/jol/materias/v_iberico_trabalhos_selecionados.htm.

Pinto, M.; Santos, L.A. (org.) (2006). *Revista Comunicação e Sociedade – Jornalismo e Internet*, nº 9-10, Porto: Campo das Letras.

Sousa, H. (2000). Políticas da Comunicação: Reformas e Continuidades. Visitado a 9 de junho de 2008, em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1227>.

Tenreiro, C.C. (2004). Contextualización e Análise da Televisión de Galicia no Âmbito de Televisións Rexionais. Visitado a 18 de abril de 2008, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/tenreiro-carmen-ciller-contextualizacion-e-analise-datelevision-de-galicia-no-ambito-europeo-de-televisiones-rexionais.pdf>.

Turmo, F.S. (2005). Las Nuevas Estrategias de las radiotelevisións públicas en las comunidades autónomas españolas. Visitado a 23 novembro de 2007, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/turmo-fernando-sabes-las-nuevas-estrategias-de-lasradiotelevisións-publicas-en-las-comunidades-autonomas-espanolas.pdf>.

Vacas, F. (2005). La Televisión En Extremadura: Un Proyecto de Televisión Regional. Visitado a 4 de junho de 2008, em <http://www.juntaex.es/consejerias/infraestructuras-desarrollo-tecnologico/dg-sociedadinformacion/Publicaciones/common/TOMO1TELEVISION.pdf>.

Velho, A.P.M. (2004). À procura de uma linguagem para o Jornalismo na webtv: uma análise introdutória. Visitado a 10 de maio de 2008, em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1667-1.pdf>.